

MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS E A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL.

Flávio Benigno de Barros Freire Neto
Universidade Católica de Pernambuco
flaviobfreireneto@gmail.com

Introdução

Falar sobre o período da Ditadura Militar no Brasil torna-se quase sempre uma tarefa bastante delicada por diversos fatores, sejam eles políticos, culturais ou sociais, mexe sempre com a luta de famílias que tiveram seus entes presos, torturados e mortos e a dor de todo um povo que teve seus direitos cerceados durante longo período. A árdua tarefa continua uma vez que, mexemos com uma série de instituições politicas bastante influenciadoras no cenário brasileiro até hoje, importantes intelectuais de extrema direita brasileira que ajudaram a fundamentar o Golpe Militar no Brasil e claro o próprio Exército Brasileiro, algoz desse evento.

Apesar disso, é um assunto que nos rende muitas horas de prazerosas discussões acerca da historiografia que constrói a imagem desse período da História Brasileira e ao entorno dos intelectuais, movimentos sociais, instituições que criam locais de memória bem como, as ressignificações de conceitos criadas com seu fim em 1985.

Os olhos da historiografia sobre a Ditadura Militar no Brasil.

A construção da imagem da Ditadura Militar brasileira pela historiografia passa por diferentes processos de assimilação e da concepção das ideias que a própria instituição queria criar e preservar de si mesma ao longo do tempo. Podemos interpretar a partir da ideia do historiador Daniel Arão Reis, que a primeira imagem a ser criada era sem dúvidas a de uma

instituição cansada das já tão conhecidas mazelas da política brasileira há tempos mergulhada na corrupção trazida justamente pela democracia aqui instalada (2014, p. 7), que sai então às ruas e toma o poder através de um golpe muito bem arquitetado conduzindo o Brasil ao progresso e a desqualificação de seu passado submerso a corrupção. A ideia defendida por Reis é de que o golpe tendo como principal protagonista os militares abriria no futuro um espaço muito bem aproveitado pelas instituições e intelectuais da época de transformar o golpe/ditadura militar em um regime autoritário como já haviam concebido antes com o Estado Novo. (2014, p.7)

> "A subida dos militares ao poder mudaria para sempre a história brasileira, além de ter fornecido um novo modelo de golpe e de regime político para vários países latino-americanos. O caminho da modernização, doravante, não passaria mais pelas reformas sociais para distribuir renda ou pela ampliação da democracia participativa e eleitoral, mas por "segurança e desenvolvimento" a todo custo." (NAPOLITANO, 2014, p. 7-8)

Seguindo ainda a lógica de Arão, a segunda maneira de interpretarmos a Ditatura Militar no Brasil é observar a complexidade das estruturas criadas. Para observarmos essa complexidade, teremos que desconstruir, por exemplo, a memória social consagrada pela historiografia que exclui ou tenta excluir a participação de civis (2014, p. 8-9) e de outras importantes instituições como a Igreja Católica. O termo Ditadura Militar com o tempo constitui-se tão forte que ficou marcado na memória social e acabou sobrevivendo à própria ditadura. (REIS, p. 8)

Essas marcas intrínsecas da memória social deixada pela ditadura militar brasileira não foram pensadas de forma, nem por pessoas aleatórias. A legitimação do Golpe de 1964 foi pensada por uma gama de intelectuais conservadores de mais alto relevo que tínhamos na época como, por exemplo, Miguel Reale. (REIS, p. 17) Através das ideias dos intelectuais a memória do golpe se escreve na história de maneira intencional uma vez que, "A história de um grupo humano é sua memória coletiva, e a seu respeito, cumpre essa mesma função que a memória pessoal em relação a um indivíduo: dar-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não o outro." (FONTANA, 2004, p. 11), nessa perspectiva então Nora nos diz que "A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo." (NORA, 1981, p. 17), ou seja, a intelectualidade brasileira legitima a golpe utilizando-se de elementos escolhidos a dedo para que assim, a história construída sobre aquele momento fluísse politicamente de maneira esperada projetando as instituições

militares, suas facetas e engajamentos individuais. (SIRINELLI, 2003, p. 234) Colhendo seus frutos, a Ditadura Militar no Brasil fez com que a economia crescesse colocando o país ao oitavo lugar no ranking do PIB mundial, porém, escondia aquilo que as elites nesse caso, civil e militar ansiavam mascarar que foi o crescimento da violência e das desigualdades sociais, de certo alimentadas pelo novo sistema vigente.

> "Ora estou convencido de que, apesar do Movimento de Março ter brotado de uma série de causas imediatas, e, em primeiro lugar, de um sentimento generalizado de insegurança, gerado pela irresponsabilidade e a inexperiência de um governo à mercê dos diversos embates ideológicos; apesar da Revolução ter tido, como razão imediata, a subversão dos valores da hierarquia e da disciplina, segundo os planos de uma audaz minoria, desde logo se compreendeu que havia algo de mais substancial a ser atingido, que era e é a reconquista dos valores da seriedade e da honestidade no trato da coisa pública." (REALE, 1977, p. 18)

A condução descarada que legitima o golpe de 1964 firmava-se cada vez mais através da aceleração do autoritarismo praticado por seus algozes que começam a suprimir o direito a democracia e ressignificá-lo, defendo então, a ideia de que a conjuntura atual brasileira daquele período, seria inviável sistematicamente, elaborar toda uma formalidade muito bem categorizada que garantisse uma eficiência governamental e a liberdade dos indivíduos. (REALE, 1977, p. 25-26) Essa ideia construída por Reale, traz em suas minúcias uma preocupação velada, que mais tarde seria escancarada por Geisel, que segundo Bolivar Lamounier, defendia a tese da imaturidade do eleitorado brasileiro (1981. p. 230), ou seja, o povo brasileiro seria incapaz intelectualmente de escolher as direções políticas de seu país, é daí de onde vem a participação dos civis no golpe, pois, boa parte "compra" a ideia de Geisel e o apoia, logo, de regime autoritário, o governo militar passa a ser legitimado como "revolução", conceito esse justificado por Miguel Reale em sua obra "Da revolução à democracia". Segundo Reale os temas centrais da Revolução podem ser definidos da seguinte maneira:

> "Os temas centrais da Revolução são por demais conhecidos: luta contra a inflação e a corrupção; política de desenvolvimento, sem a demagogia do desenvolvimentismo; preservação da segurança e dos interesses nacionais, sem a visão deformante e agressiva do nacionalismo xenófobo; realização de reformas de base num clima de ordem e de hierarquia; fundação de uma ordem democrática mais aderente às nossas circunstâncias, ainda que com o sacrifício necessário e provisório de certas franquias cívicas." (REALE, 1977, p. 54)

A partir daí, podemos afirmar que existia sim uma noção de liberdade, porém, tutelada pelo governo. Havia-se certo receio por parte do regime militar brasileiro em permitir a democracia, pois, ela se dava a partir de uma interpretação equivocada sobre o pensamento marxista que vinculava a democracia ao socialismo (COUTINHO, 1980, p. 19), ideia essa reforçada pela Guerra Fria em todo o mundo. Na cabeça daqueles que se opunham ao golpe, construía-se uma aversão aos uniformes bem alinhados e as promessas de um Brasil "melhor". Essa oposição, constituída principalmente pela esquerda brasileira formada por intelectuais, acadêmicos, artistas e estudantes crescia e dinamizava os movimentos sociais, que eram na mesma proporção ou mais, vigiada e reprimida, porém resistiram. (NAPOLITANO, 2014, p. 8)

> "No começo dos anos, o campo artístico-cultural protagonizado pela esquerda viveu um momento paradoxal. Por um lado, estava cerceado pela censura rigorosa às artes, sofrendo com a repressão direta a artistas engajados. Por outro, passava por um momento criativo e prestigiado socialmente, estimulado pelo crescimento do mercado e pelo papel político que assumiu como ligar de resistência e da afirmação de valores autoritários." (NAPOLITANO, 2014, p. 173)

Essa dinamização conduzida pelos movimentos sociais trouxe uma ressignificação da história e da memória escrita pela ditadura militar e também da participação dos movimentos que lutavam contra o regime. No caso dos militares, temos dois elementos importantes na construção da história/memória de sua participação nesse período. Se levarmos em os escritos de Reale, que veste o golpe sobre o um olhar revolucionário, a primeiro seria, a necessidade de explicação da ruptura promovida pela revolução e a busca de elementos no passado que legitime a nova ideologia e sociedade que almejavam erigir (NAPOLITANO, 2014, p. 313), este postulado nos remete a ideia do que Pierre Nora chama de emergência da sociedade, que busca no passado elementos dos quais a nação consiga construir a narrativa histórica a fim de legitimar seu futuro. (NORA, 1981,p. 12) O Segundo elemento, para Napolitano, seria o de legitimar-se através do conservadorismo, mais uma vez teria que justificar as rupturas, porém, agora para manter seus valores dominantes, instituições e afastando as ameaças à ordem. (2014, p. 313)

Os movimentos de resistência organizados em várias cidades do país sofreram bastante com a luta anticomunista e antidemocrática travada pelos militares a partir de 1964, porém, com o passar do tempo os interesses e o discurso realizado por eles passaram a serem

criticados, as lutas armadas por parte da esquerda estavam enfraquecidas, mas não os intelectuais, sendo essa, que cada vez mais produziam leituras apontando a essência do golpe e os valores pregados por eles. De todos esses valores, um foi o mais decisivo para o surgimento de uma consciência para as atrocidades cometidas pelo regime, sendo elas, a censura, tortura e a falta de liberdade civis, que atingiam até mesmo os militares. Segundo Napolitano, muitos liberais históricos que apoiaram o golpe se afastaram do regime ainda antes da instituição do AI-5, perderam o apoio também dos católicos, sendo a violência, a fator mais crítico desse afastamento. (NAPOLITANO, 2014, p. 314-315)

Esse quadro de perda ou de fragmentações de valores atingiu também a esquerda que movimentava os grupos antimilitaristas também entravam em descordo ideológico, a exemplo disso, temos a briga entre o PCB e os grupos armados de ordem marxista. Com a chegada dos anos de 1980 surge no Brasil uma "nova esquerda" reunida no então, Partido dos Trabalhadores que vem criticando o autoritarismo e vanguardismo dos militares e também dos movimentos de esquerda atuantes no período militar. Traziam como pauta principal, devolver a tão reivindicada voz política ao povo novamente. (NAPOLITANO, 2014, p. 315)

Com o processo de reabertura política instalado no Brasil na década de 1980, vamos ter uma nova compreensão da história. Podemos dizer que essa nova compreensão surgida, parte por observar os fatos a através do reconhecimento da complexidade do mundo moderno e dos sujeitos que os compõem, bem como, entender as influências que formam a consciência desse sujeito (HALL, 2005, p. 11) entrando nesse âmbito a compreensão da subjetividade da história e também da memória então criada e recriada. (NORA, p. 29-30) Essa subjetividade da construção da memória e da história proposta por Nora, ajuda a revelar as escolhas e os sujeitos que são levados em conta para legitimação desse evento que marcou a história brasileira. Nesse sentido o golpe se crava na memória e na história como um evento nefasto, antidemocrático, autoritário, anticomunista e violento, as esquerdas por sua vez, lutam para serem vistas sendo elas, autoritárias ou armadas, como um agente revolucionário responsável por abrir os olhos da sociedade enfrentando os militares e expondo as atrocidades por eles cometida. Assim como na política, a história e a memória são frutos e criadores de um lugar de poder, logo, como diz Napolitano:

> "[...] Essa memória liberal condenou o regime, mas relativizou o golpe. Condenou politicamente os militares linha dura, mas absolveu os que fizeram a transição negociada. [...] Denunciou o radicalismo ativista da guerrilha de esquerda,

> mas compreendeu o idealismo dos guerrilheiros. Condenou a censura e imortalizou a cultura e artes de esquerda dentro da lógica abstrata da "luta por liberdade".(NAPOLITANO, 2014, p. 319)

Sendo assim, os predicados que deveriam ser exaltados a partir dessa nova página da história brasileira trazida pela saída dos militares seria criar uma documentação através dos testemunhos dos sobreviventes do golpe, escrevendo a história a partir das memórias, escrachando as torturas, despertando um mal-estar na sociedade brasileira, que serviu como um ponto crucial para a necessidade de reconstrução da história e punição dos envolvidos. (NAPOLITANO, 2014, p. 320-321)

O Monumento Tortura Nunca Mais, um lugar de memória.

> "Um dia, ao abrir a porta do gabinete, vieram ao meu encontro duas senhoras, uma jovem e outra de idade avançada. A primeira, ao sentar-se em minha frente, colocou imediatamente um anel sobre a mesa, dizendo: "É a aliança de meu marido, desaparecido há dez dias. Encontrei-a, esta manhã, na soleira da porta. Sr. padre, que significa essa devolução? É sinal de que está morto ou é um aviso de que continue a procura-lo?"Até hoje, nem ela nem eu tivemos resposta a essa interrogação dilacerante." (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 11)

O sentimento que impulsionava o período de reabertura politica brasileira foi sem dúvidas, o de tornar público e lembrar. Não havia mais espaço para o esquecimento. Nesse sentido, Napolitano afirma que a ausência de esquecimento abre importante espaço para geração de um novo direito, o "direito de memória" por parte dos grupos outrora perseguidos e silenciados pelo Estado e sua história oficial.

Para Pierre Nora os lugares de memória podem pertencer a dois domínios que são: o material, simbólico e funcional. (1981, p. 21) Essa definição é de extrema riqueza ao aplicá-la ao monumento proposto, pois, ele exerce bem as três definições.

O monumento Tortura Nunca Mais fica localizado na Praça Padre Henrique em uma das ruas mais charmosas do Recife, a Rua da Aurora. O monumento divide espaço com outras obras e patrimônios da cidade como, o memorial do Padre Henrique (que também dá o nome a praça), figura que também foi vítima dos crimes cometidos pela ditadura militar no estado de Pernambuco, O Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM e com uma das instituições de ensino mais tradicionais de Pernambuco, o Ginásio Pernambucano, divide

espaço também com uma das mais belas vistas das pontes que ligam os bairros mais tradicionais e históricos da cidade do Recife, sem contar com todo charme do Rio Capibaribe e Beberibe servindo como seu plano de fundo. Todo esse conjunto forma sem dúvidas um lugar aconchegante e convidativo a reflexão. Além desses atributos paisagísticos, o local é de fácil acesso e conta também com amplos estacionamentos públicos disponíveis.

O surgimento desse espaço onde o monumento ou memorial como também é chamado, surgiu a partir de uma iniciativa da Prefeitura da Cidade do Recife em realizar uma revitalização da área da Rua da Aurora no final da década de 1980. Definido os elementos que deveriam ser contemplados no processo de revitalização do local, a Prefeitura da Cidade do Recife abriu um concurso público para que fosse selecionada uma obra que guardasse e homenageasse a memória daqueles que lutaram e perderam suas vidas em prol da liberdade e do retorno dos direitos como cidadão. O monumento torna-se importante também por ter sido o primeiro de todo o Brasil a homenagear e guardar a memória daqueles que lutaram contra o regime militar. (GIACOMINI, 2014)

O Memorial Tortura Nunca Mais, foi criado pelo artista plástico e arquiteto piauiense Demétrio Albuquerque então vencedor do concurso. Inaugurado no dia 27 de agosto de 1993, a obra é composta de duas partes que se integra e embeleza de forma bastante particular o espaço público da cidade. A primeira, é representada por um enorme quadrado de concreto armado e aço, que funciona como uma espécie de moldura servindo para segurar uma barra de ferro que sustenta a figura de um homem sendo torturado numa técnica chamada de “pau de arara”, técnica de tortura bastante utilizada pelos militares brasileiros.

> "O pau-de-arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o 'conjunto' colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus 'complementos' normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento." (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 34)



Figura 1 - (Fotografia de Flávio Freire Neto, 2017)



Figura 2 – (Fotografia de Flávio Freire Neto, 2017)

Ao observar mais atentamente a obra, podemos ver nas expressões do corpo e da face do torturado representado a dor e a humilhação da tortura, exercendo um grande choque ao observador. A expressões faciais representadas por Demétrio Albuquerque, são de uma pessoa desolada e já descontente de seu futuro. Olhos tristes, meio fechados e caídos, um dos braços tenta apoiar as pernas o outro fica próximo ao peito, como uma forma de representar a dor insuportável que vem de suas entranhas.

Observando o monumento na perspectiva provocada pela obra a partir da primeira imagem, podemos extrair uma interpretação mais poética. Pensemos naquela moldura que serve para a sustentação da homem como se fosse uma janela voltada para rio. O rio nesse caso representaria o lado de fora, o mundo, a liberdade e a vida que talvez fosse uma realidade intocável diante tudo. Daí vem às expressões de dor estampadas na face, que representa não só a dor do sangue derramado, da carne torturada, mas, sobretudo das memórias e que talvez

olhasse para a janela, vislumbrando um futuro que outrora já mais venha a existir e ao mesmo tempo dando as costas para a realidade que o consome.*



Figura 3 – (Fotografia de Flávio Freire Neto, 2017)



Figura 4 – (Fotografia de Flávio Freire Neto, 2017)

A segunda parte da obra é representada por um conjunto de lápides, que servem como um símbolo de descanso e paz daqueles que foram torturados, mas nunca tiveram o direito de serem velados por suas famílias e também de grandes líderes de movimentos contra a ditadura como Francisco Julião, Padre Henrique, Amaro Luiz de Carvalho, Alexina Lins Crespo de Paula, entre outros.

Assim como o fim da Segunda Guerra Mundial foi um marco essência que trouxe novos agentes sociais com diferentes interesses para o centro da ação social e política (FUNARI, 2009, p. 22), no Brasil essa essência foi sem dúvida trazida pelo fim da Ditadura Militar, abrindo espaços principalmente para as liberdades, para a verdade e não para o esquecimento como pretendiam os militares com sua transição negociada (NAPOLITANO, 2014, p. 323), sendo assim, o Memorial Tortura Nunca Mais cumpre seu papel em todos os

aspectos, provocando um incômodo pontual no visitante, marcando a dor e a conquista daqueles que lutaram pela liberdade na memória e na história do país.

Referências.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. 14º Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

FONTANA, Josep. A história dos homens. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIACOMINI, Marcelo. Descobrindo Recife - Memorial Tortura Nunca Mais. Disponível em: http://marcelogiacomini.blogspot.com.br/2014/09/descobrindo-recife-memorial-tortura.html

HALL, Stuart. A identidade cultura na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Janaína Martins Cordeiro; Isabel Cristina Leite; Diego Omar da Silveira; Daniel Aarão Reis. (Org.). À sombra das Ditaduras [Brasil e América Latina]. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LAMOUNIER, Bolivar. Direito, cidadania e participação./Bolivar Lamounier, Francisco C. Weffort, Maria Victoria Benevides (org.) – São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP – Brasil, 1981.

REALE, Miguel. Da revolução à democracia. São Paulo: Convívio, 1977.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.